

**SOB OS ARDIS DA MEMÓRIA:
REFLEXÕES EM TORNO DA ESCRITA DA HISTÓRIA NO INSTITUTO
HISTORICO E GEOGRAPHICO BRAZILEIRO (1838-1843)**

Thiago Alves Nunes Rodrigues Tavares*

Renato de Mesquita Rios**

Quando em 18 de agosto de 1838, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* (SAIN), representada nesta oportunidade pelo Marechal Raymundo José da Cunha Mattos e pelo cônego Januário da Cunha Barboza, foi proposta a criação do *Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (IHGB), não se desejou, somente, salvar da voragem dos tempos os feitos dos grandes homens. Fossem estes nativos, brancos, negros ou sua síntese, o mestiço. Vislumbramos, ao longo de nossas investigações, que tanto a criação do IHGB, assim como os trabalhos ali desenvolvidos, inseria-se num projeto maior: a soma de esforços para a criação de uma narrativa Histórica capaz de se somar ao projeto de construção da comunidade nacional (ARAÚJO, 2009), e instituição do sentimento de pertença à referida comunidade; sentimento este, considerado de fundamental relevância para viabilizar a existência de uma nação brasileira. O que entendemos, em se tratando da produção historiográfica do oitocentos, apresentar-se, segundo nos informa Manoel Salgado Guimarães, atentando não somente para o Império do Brasil, mas, numa perspectiva mais ampla, como tema prioritário na agenda política nas sociedades do século XIX (GUIMARÃES, 2006).

Tarefa hercúlea esta a ser desempenhada pela produção historiográfica oitocentista. Para o que nos chama atenção, Temístocles Cezar, em análise do discurso proferido por Cunha Barboza no primeiro ano das atividades do Instituto:

O problema é que, assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a ideia da história, nem do historiador. O que ele devia mesmo fazer? E mais, como fazer? Algumas palestras proferidas no IHGB são, notadamente, tentativas de normatizar e criar regras para o ofício desse historiador da nação. Não exatamente o que deve ser – não havia tanta clareza assim – mas, sobretudo, o que ele não deve ou não pode fazer. (CEZAR, 2004, p.12)

Infere-se após a leitura das palavras de Temístocles Cezar, em análise ao discurso de Cunha Barboza, que a criação e trabalhos do IHGB foram engendrados no sentido de

* Professor Doutor, Faculdades INTA. E-mail: thiagohist@hotmail.com

** Mestrando em História / MAHIS / UECE. E-mail: renatorios19@hotmail.com

equacionar, conforme nos foi possível mapear, quatro pontos, sendo: 1) o desenvolvimento de um ordenamento do que se falava sobre o Brasil e de seus povos; 2) atribuir foros de cientificidade à produção historiográfica; 3) selecionar e sistematizar em que, e a partir de quê, o estudioso do passado, haveria de fundamentar suas atividades, fosse às pesquisas ou no ato da escrita da história propriamente dita; 4) agenciar a narrativa de forma que pudesse contribuir na delimitação acerca do que haveria de ser a nação brasileira, e, após tal realização, o desenvolvimento de trabalhos no sentido de viabilizar a instituição da nação brasileira.

Em meio ao desenvolvimento deste projeto escriturário institucional imbricado à consolidação dos Estados e à formação das nações, é que se reflete o que não deveria ser uma História do Brasil, e no contra luz de tais orientações, é possível observar algumas orientações acerca do que havia de ser uma História do Brasil. Como parte deste esforço de criação de uma historiografia capaz de se somar ao projeto de construção nacional, desenvolve-se também, os vernáculos e a Literatura. A produção historiográfica estabiliza-se, tendendo à profissionalização de seus praticantes no meio acadêmico, por exemplo, através dos patrocínios ofertados àqueles que possuíssem pendores para a escrita proposta por Heródoto. Esforços estes, que são engendrados em prol da invenção de dispositivos capazes de substituir a recorrência à força, em proveito das civilizadas e civilizadoras penas, tendo por objetivo o uso político, fossem da produção historiográfica, literária, e ou iconográfica, conforme aponta Afonso Carlos dos Santos, para o qual:

A ruptura política com Portugal e a organização do Estado nacional implicariam a elaboração de um aparato ideológico que deveria dar legitimidade ao próprio processo de construção da nação. Tratava-se agora de inventar o Brasil, não apenas no plano geopolítico, mas também no plano simbólico. [...] À organização política do Estado nacional deveria corresponder uma produção simbólica que delineasse os contornos da Nação e a ingressasse no mundo civilizado segundo os parâmetros europeus. (SANTOS, 2007, p.60)

Frente o exposto, entendemos que os *trabalhos sociaes* levados a cabo pelos integrantes do IHGB não devam ser tomados como realizações através das quais se pense, tão somente, em dar a ver o invisível do pretérito no presente. Mas dar a ver, também, o invisível do presente, uma nação brasileira, neste e no futuro, conforme aponta Benedict Anderson, uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), uma nação. Assim, entendemos que, tomar os trabalhos do *establishment* como voltados para a constituição de um campo historiográfico no Brasil oitocentista é adotar uma visão restrita tanto dos objetivos a que se propunha a criação do IHGB como dos usos que haveriam de ser realizados pelo conhecimento histórico. Para isso nos chama a atenção Lilia Moritz Schwarcz, informando-nos que,



a idéia de elaborar um grande projeto de construção da história do país proposta pelos institutos históricos em meados do século XIX, mais do que um ato distante e separado da dinâmica imediata, parecia estar associado a uma perspectiva nacional em construção. Escrever a história era, sobretudo, um ato de recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em heróis e eventos até então dispersos. Era essa a meta grandiosa que se expunha aos institutos históricos nacionais a partir dos anos 30 do século passado. (SCHWARCZ, 1989, p.67)

Ainda que nossas reflexões apontem no sentido de dar a ver a produção historiográfica oitocentista, como escrita engajada ao projeto de criação da nação, entendemos, seja vedada, diante da análise a que nos propusemos a desenvolver acerca da referida produção, a relativização da importância desta História institucionalmente materializada, pois realizamos nossas reflexões cientes das relações, do campo em meio ao qual era constituído o campo historiográfico no Brasil oitocentista. Buscamos analisar, portanto, a constituição de um campo circunscrito, tanto a uma temporalidade, bem como a um projeto de Estado que era delineado no Brasil Imperial. Objetivamos então, a realização de uma abordagem que busca a análise, tanto de um campo historiográfico no Brasil oitocentista, bem como a ideia de nação e da instituição do sentimento capaz de contribuir para a sua realização.

Supomos que a produção historiográfica oitocentista, apresenta-se de forma rizomática. Entendemos não se tratar, definitivamente, de uma produção historiográfica “pura”, respeitando gregos e bárbaros, conforme sugeriu Heródoto, e a qual nos referimos nas primeiras linhas das reflexões aqui apresentadas. Mas de uma produção historiográfica perpassada, entrelaçada, aberta e fechada a inúmeras ressonâncias que atribuem características próprias à produção do conhecimento histórico coevo; dentre as quais, as memórias haviam de ser coagidas às fontes, o projeto de construção nacional, o historicismo, romantismo, o indianismo, o projeto civilizador. Desejos e necessidades do presente para o presente e para o futuro, que acabam por orientar o agenciamento do pretérito no presente. A formação do campo historiográfico, a produção historiográfica propriamente dita, constituem-se, portanto, em rizoma, e para pensarmos esta formação de forma rizomática no Brasil oitocentista, pensamos apresentar-se de forma emblemática, a figura da “grama”. Onde inicia a grama? Onde ela termina? Com o quê ela se entrelaça? Parafraseando as questões caras aos botânicos e trazendo-as para nosso *metier*, pergunta-se onde inicia a memória? Onde termina a História? Como elas se entrelaçam? Relações que entendemos estabelecerem-se *ad infinitum*, e que tendem a turvar o olhar (do) que pretende instituir onde se estabelecem os fins, os inícios; seja da grama, seja da memória individual, da memória coletiva, seja da História, seja da Memória em devir História, em cujo meio se desenvolveu a produção historiográfica oitocentista. Reflexões desenvolvidas, portanto, no intuito de melhor entender, bem como dar a ver, fazer



refletir, o que faz com que a *História Geral do Brasil* tenha se edificado pela relação saber-poder, e tenha sido, tomada modelo historiográfico colocado em órbita pelo IHGB ao longo do processo de construção nacional consoante às necessidades e conveniências de seus associados.

Observamos não se tratar do fato de Francisco Adolfo de Varnhagen ser o historiador do Império, nem mesmo de Varnhagen ser o início da produção historiográfica no Brasil, ou mesmo, conforme aponta José Carlos Reis em referência a Varnhagen, como o pai da historiografia brasileira, o Heródoto brasileiro (REIS, 1999), haja vista, a produção historiográfica, fosse na América portuguesa, ou mesmo no Brasil Imperial, apresentar-se preexistente tanto aos trabalhos do Instituto como à obra varnhageniana. Trata-se de entender a *História Geral do Brasil* (VARNHAGEN, 1854; 1857) como obra que pretendeu suprimir uma lacuna dentro do projeto de criação da nação brasileira, e, posteriormente, colocou-se como que um anteparo aos ataques dos Republicanos em sua hostilidade à monarquia bragantina. A *História Geral do Brasil*, ainda que tenhamos em vista sua fria acolhida no *establishment*, faz-se aceitar pelo movimento, fosse pelos procedimentos sobre os quais ela é materializada, fosse pelo local social da fala de seu autor; mas faz-se aceita, menos do que esperou (desejou) Francisco Adolfo de Varnhagen.

Pensar a escrita da História de forma ideal, conforme propôs Ranke, remete-nos à ideia de mapa, categoria analítica também analisada por Deleuze e Guattari, os quais se referem ao mapa como

aberto, [...] conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo na parede, concebê-lo como obra de arte, constituí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.22)

Seguindo as reflexões dos autores, observamos que o mapa é flexível, aberto às mais diversas possibilidades de (re) configurações. Pensando a produção historiográfica, tendo por referência as ponderações dos filósofos, inferimos ser possível abordar, adentrar, criar e inventar o passado, acessá-lo por múltiplas entradas e saídas, comprovando a miríade de possibilidades para a (re) invenção do pretérito. Mas, o passado, em uma relação sincrônica, num rizoma, onde se imbricam a formação de uma ciência responsável pela invenção de um pretérito e que deve contribuir para a estabilização de um presente e realização de um futuro, num *labor* orientado pelas memórias e interesses contemporâneos de Estado, tem seus rastros



coagidos às entradas, itinerários, memórias, saídas, enfim, ao que tomamos aqui, como categoria analítica, o decalque. Categoria esta, que segundo ponderam Deleuze e Guattari, coloca-se em oposição ao mapa, apresentando-se, antes de tudo, como *uma foto, um rádio, que começaria por eleger ou isolar o que ele tem a intenção de reproduzir, com a ajuda de meios artificiais, com a ajuda de colorantes ou outros procedimentos de coação* (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.23). Ponderações profícuas a partir das quais, sentimos ser imprescindível a proposição de um questionamento acerca de nossa própria arte: Que é a produção do conhecimento histórico, senão o isolamento, a seleção e reprodução artificial de eventos ocorridos numa temporalidade escoada, anterior e exterior à do estudioso, uma representação sobre o pretérito? Conhecimento (re) inventado a partir de procedimentos e memórias sincrônicas, culturalmente instituídas, pelo qual são salvos da voragem dos tempos feitos e indivíduos selecionados, pinçados pelas memórias também, por sua vez, cultural e institucionalmente constituídas. Pensamos que a questão lançada justifique nossa opção por utilizar ao longo de nossas ponderações, a categoria analítica proposta por Deleuze e Guattari, o Decalque.

Daí supormos a adequação do conceito decalque, proposto pelos referidos filósofos para pensarmos os agenciamentos aos quais havia de se submeter à produção historiográfica imbricada aos projetos de invenção das comunidades imaginadas referidas por Benedict Anderson (2008). Essas são práticas que nos permitem inferir que o Instituto não produziu uma história, mas sim uma memória em devir história, conforme nos é dado a ler em suas páginas e onde podemos perscrutar a formação de um campo historiográfico no Brasil do oitocentos. Referência esta, possível quando em observância ao crivo das memórias e a ordem discursiva que eram delineadas ao longo dos trabalhos do Instituto, e que viriam a ser materializados em grande parte, conforme apontam nossas investigações, na década de 1850, sob a pena de Francisco Adolfo de Varnhagen, em consonância, portanto, aos desejos que se estabeleciam para com uma História do Brasil¹, na qual entendemos inserir-se num movimento fundacionista, e agenciadas, portanto, em consonância aos projetos de invenção das nações. Narrativas que pensamos, estivessem, para além e aquém do passado.

Em se tratando de procedimentos de seleção que constituem o ofício do historiador, entendemos as palavras de Deleuze, coadjuvadas às de Pierre Nora, de extrema pertinência para o desenvolvimento de nossas ponderações. Ora, o lembrar implica paradoxal e necessariamente o esquecer, apresentando-se, desta forma, o pretérito dado a ler em seus rastros, suscetível ao seu enquadramento nos mais diversos decalques, formatações, enquadramento às ordens discursivas, às utilizações e manipulações. Januário da Cunha



Barboza, Raymundo José da Cunha Mattos, Carl Friedrich Phillip von Martius, o IHGB, a Academia Imperial de Belas Artes, Francisco Adolfo de Varnhagen, sua *História Geral do Brasil*, Joaquim Manoel de Macedo, suas *Lições de História do Brasil*, o Imperial Colégio Pedro II. Indivíduos, instituições e elementos que se somam e se relacionam, conforme aponta Arno Wehling, numa política de memória nacional para construção da nação brasileira, o que, no entender deste autor, desenvolve-se em três níveis, sendo o

mais espontâneo, mas ainda profundamente relacionado ao *establishment* regressista, [...] o plano literário, com a busca da identidade nacional através do Romantismo, de Domingos de Magalhaes a Gonçalves Dias e José de Alencar. Os demais dependeram da ação direta do poder público: a fundação do Colégio Pedro II e do Arquivo Nacional, instituições que, nas suas respectivas esferas, deveriam contribuir para consolidar a educação, a cultura e a administração pública no país, conforme afirmado nos documentos que as instituíram; e o estímulo oficial à criação, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com finalidades científicas, culturais, educacionais e administrativas claramente enunciadas (WEHLING, 2000, p.34).

Elementos estes, que constituem, então, conforme apontam nossas análises, uma cadeia de intercessores que fabulam, imaginam, tentam construir, representar o Brasil, os Brasileiros, o pretérito do Brasil segundo o rizoma estabelecido nos bastidores da produção historiográfica brasileira, isto é, no IHGB. Agenciamentos maquínicos do pretérito, no presente, que haviam de atuar como máquinas de Estado, na realização de um futuro.

Os agenciamentos maquínicos do passado para o presente e para o futuro não haveriam somente de narrar uma temporalidade anterior e exterior ao ato da escrita, mas cumprir uma função intrínseca ao seu agenciamento: somar-se aos esforços de construção da nação. Entendemos, não fosse o desejo maquínico que engendrava os trabalhos do *establishment*, o desejo de criar um futuro, contribuir para a sua realização, o que implicava a (re) criação de um passado e de um presente, fosse na produção historiográfica, fosse nos discursos dos intercessores imperiais que ajudavam a delinear o que (não) haveria de ser uma história do Brasil, bem como o que se desejava que fosse ou era o Brasil: uma nação. Este é o trabalho, a produção dos intercessores. Aspecto onde, as reflexões caras aos antropólogos, são seminais, ao nos informar que os homens criam sua própria realidade (WAGNER, 2010). O agenciamento maquínico do pretérito num livro haveria de constituir, portanto, uma narrativa em Máquina de Estado, potencialmente capaz de cooptar, de civilizar, de contribuir para a realização de uma nação brasileira, instituir o sentimento de pertença a uma comunidade. Tal Máquina de Estado constitui-se dentro de uma relação, havendo de funcionar junto ao projeto de construção nacional pela cooptação de regiões, práticas e indivíduos ao processo de construção nacional. Cooptando as máquinas de guerra que estivessem em oposição ou ainda

se apresentassem como óbices ao projeto de construção nacional e à institucionalização do nacionalismo entre aqueles povos que se desejavam fossem brasileiros.

Para o desenvolvimento de nossas ponderações, aceca das implicações do crivo, dos ardis da memória na escrita da História, tivemos ainda por base, o pensamento de Michel Foucault (2008). O que possibilitou analisar as discussões sobre a invenção de um pretérito, no quetange o projeto que havia de contribuir à criação da nação, conforme nos propusemos a realizar neste trabalho. Procedimento de interdição preconizados (FOUCAULT, 2008) por um projeto de Estado que impõe à produção historiográfica um decalque do que deveria ser dito, lembrado, homenageado, silenciado, influenciando, assim, diretamente, o estilo que havia de seguir o historiador do Brasil; elemento para o qual já chamara a atenção von Martius em sua monografia, ao informar que uma História *philosophica* do Brasil havia de satisfazer não somente a inteligência mas também o coração (MARTIUS, 1845). Apontamento este que defendemos constituir-se como elemento de monta para o entendimento da premiação de sua monografia apresentada na Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro

A RIHGB apresentou-se como fonte de suma importância para a realização de nossas ponderações, já que, no periódico são dados a ler os anseios dos fundadores da Casa da Memória para com uma História do Brasil². Tais desejos e expectativas foram passíveis de ser perscrutados³ em seus estatutos, nos *extractos* de suas sessões ordinárias e aniversárias, nas correspondências lidas em tais sessões e, ainda, nos relatórios e discursos proferidos em suas sessões públicas, as quais realizadas, via de regra, em dezembro de cada ano. Pensamos ser imprescindível, para que não sejamos levados pelo “canto da sereia”, atentar para o que aponta Lucia Maria Paschoal Guimarães, em entrevista, ao ponderar sobre os escritos apresentados na RIHGB. Informa-nos Lucia Guimarães, haver entre os diversos matizes de concepções e entendimentos do que haveria de (não) ser uma História do Brasil entre os associados, visto que as visões que se tinha da história não eram únicas. Isso é perceptível nas atas onde são materializadas elementos das discussões desenvolvidas na Casa; e, é nestas atas onde notamos que a discussão era patente, embora o que [fosse] publicado na revista transmitisse falsa ideia de consenso. Tomados os devidos cuidados, entende-se ser possível tomar tais discussões como que um decalque orientador da escrita de uma História do Brasil, o que viera a ser apresentado na monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*, materializada sob a pena de Carl FriedrichPhilipp von Martius (MARTIUS, 1845).

Daí acreditarmos que os integrantes do IHGB pensassem a escrita de uma história capaz de formatar o leitor no ato de sua leitura, o que nos leva a vislumbrar uma aproximação da referida produção historiográfica dos manuais que se inscrevem no processo chamado por

Norbert Elias de Processo Civilizador⁴, o qual também era o de formação das nações. Para tanto, apresentamos um esboço referente às circunstâncias em que foi realizada a obra de fabricação do Estado Brasil, assim como dos óbices à constituição da nação brasileira.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valdei. Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães. *Historia da Historiografia*. Ouro Preto, n.03, set/2009, p.242-3. Disponível em <<http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/article/viewFile/79/52>> acessado em 15/dez/2009.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá*. V.8, n.1. 2004

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol.1. Rio de Janeiro: Ed. 34,1995, Vol.1.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Proteção de Sua Majestade Imperial. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, T. 156 (388), jul-set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Escrever a História, domesticar o passado. In. PESAVENTO, Sandra Jatahy; LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta (orgs). *História e Linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. A invenção do Brasil: um problema nacional? In.:_____. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimestral de Historia e Geographia*. n. 24. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P.da Costa, 1845. pp.381-403.

WAGNER, Roy. *A invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Notas

¹A Historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães não utiliza o termo *devir*; mas aponta que tenha o IHGB produzido uma memória cujos preceitos são materializados na obra varnhageniana. (ARAUJO, 2009) Ainda utilizando das palavras de Lucia Guimarães, apresentada em sua tese publicada na RIHGB, informa a historiadora, que os trabalhos do IHGB e sua produção foram *direcionados pela memória, os idealizadores da Academia não se preocuparam da História. Embora o valor a importância de Clio fossem lembranças permanentes na sua retórica em dias de festa. O levantamento minucioso da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (...) permitir a salientar o descompasso, entre o pretenso discurso sobre a História e a sua escrita efetiva, ou seja, a sua prática*". (GUIMARÃES, 1995, p. 175)),

²Segundo apontou a leitura da Revista e das análises de Lucia Guimarães, faz-se necessária a pontuação da formação do quadro de associados do Instituto, o qual não se apresentou como imutável ao longo do período estudado pela autora (1839-1889), ponderação a partir de que, infere-se que tais desejos e expectativas para com uma narrativa histórica nacional, também sejam adequados ao presente do Instituto. Daí a necessidade de utilizarmos conceitos como espaço de experiência e horizonte de expectativa de forma pontuada. Analisando a formação do Instituto à época de sua fundação, constatamos, conforme salienta a autora, que boa parte dos 27 integrantes iniciais era de elementos ligados à política ou de funcionários públicos; tendo, portanto, relações intrínsecas com o Império do Brasil. Dentre os quais, "indivíduos que se deslocaram para o Brasil quando da transmigração da família real em 1808. [...] Eles participaram do processo da Independência e ocuparam cargos e funções de destaque durante o Primeiro Reinado, o que [...] se constitui num forte indicativo da homogeneidade cultural e ideológica dos primeiros associados ao IHGB. [...] Essas pessoas pertenciam, em tese, aos segmentos mais abastados da população do Império". (GUIMARÃES, 1995.p.473). Ainda pensando com Lucia Guimarães, entendemos ser imprescindível chamar a atenção para a composição do quadro de associados ao Instituto: parte dos seus fundadores eram integrantes da republicana *Sociedade* Defensora, a qual chegou a ser considerada por Lúcia Guimarães como um Estado dentro do Estado; o que de certa forma acaba por romper com a ideia de homogeneidade de formação, ideários e opções políticas dos fundadores do IHGB. Ressaltemos que, apesar da existência da referida heterogeneidade dos fundadores, a historiadora corrobora as palavras de José Murilo de Carvalho, para quem tais elementos tiveram uma formação semelhante, mas, para além de tais semelhanças ou diferenças de formação e atuação, vivenciaram experiências semelhantes, não divergindo consideravelmente em seu horizonte de expectativas. Defende então Lúcia Guimarães que, ainda que os posicionamentos dos fundadores, quer fossem políticos, ideários, ou opções historiográficas, suas afinidades e a manutenção da ordem social serviam como ponto de convergência, fazendo com que os mesmos se unissem em torno do projeto de unidade nacional. Haja vista estarem tais elementos em pontos-chave da representação do Estado Imperial, conforme aponta a historiadora.(ARAUJO, 2009). Conforme aponta ainda a autora, a realidade da composição dos quadros do Instituto à época do Segundo Reinado é muito diversa da dos fundadores, pois, conforme se refere, na segunda metade do século XIX, havia crescido consideravelmente o número de integrantes do Instituto que possuíam nível superior de escolaridade; notadamente quando do fim da Monarquia, quando "tomando-se por amostragem os quadros do IHGB, já era patente que, ao final do Segundo Reinado, os grandes celeiros de formação da elite letrada do Brasil haviam se deslocado da Europa para o lado de cá do Atlântico. No que tange às opções de carreira, no entanto, não são apresentadas novidades" (GUIMARÃES, 1995, .p.478-494) . Em se tratando das convergências dos associados, são proíficas as palavras de Arno WEHLING, para o qual "o historicismo foi a influência intelectual mais importante nas origens do *Instituto Histórico*, dando coerência interna ao discurso dos fundadores e articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes no período: afirmação conservadora e defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo". (WEHLING, 2000, p.35).

³Ainda que nosso entendimento seja o de que a criação do IHGB se insere num rol de iniciativas em nome da instituição da nação brasileira, é possível observar que o campo da história e o "como fazer" apresentam-se extremamente mal delimitados. A leitura da RIHGB apresenta a diversidade de temáticas, programas históricos e a falta de delimitação do campo "historiográfico", conforme aponta Lucia Maria Paschoal Guimarães. "No seu conjunto, os programas históricos, apesar da denominação, abordavam temáticas bastante diversificadas. Isto é, nem sempre tangenciavam os domínios de Clio, a exemplo de uma dissertação da pena do botânico Freire Allemão, *Quais são as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?* lido perante D. Pedro II pelo conselheiro José Ribeiro de Sousa Fontes. Já Guilherme Schüch Capanema discorrerá minuciosamente acerca da questão sobre *Quais as tradições ou vestígios geológicos que nos levam a ter certeza de ter havido terremotos no Brasil?* Enquanto que Gonçalves Dias fora encarregado de discutir *Se existiram amazonas no Brasil...*". GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Proteção de Sua Majestade Imperial. *op.cit.*p.568.

⁴Elias aponta que o referido "Processo Civilizador" envolvia uma série de dispositivos objetivando "a moderação das emoções espontâneas, o controle dos sentimentos, a ampliação do espaço mental além do momento presente, levando em conta o passado e o futuro, o hábito de ligar os fatos em cadeias de causa e efeito – todos estes [...]"

distintos aspectos da mesma transformação de conduta que, necessariamente, ocorre com a monopolização da violência física e a extensão das cadeias da ação e interdependência social. Ocorre uma mudança ‘civilizadora’ do comportamento”. (ELIAS, 1993, p.198)